

País paga mais em amortização da dívida externa

Os vencimentos de amortização da dívida externa no primeiro semestre deste ano atingiram quase o triplo do verificado em igual período de 1998, levando em conta apenas as obrigações de médio e longo prazos (um ano ou mais). Foram US\$ 29,164 bilhões este ano ante US\$ 10,595 dos primeiros seis meses do ano passado. Divulgado ontem pelo Banco Central, o dado é um efeito da combinação entre altas taxas de juros e redução dos prazos dos empréstimos externos ocorrida no fim de 1997 em função da crise asiática.

A crise da Ásia levou o BC brasileiro a reagir com elevação de juros e redução dos prazo médio mínimo dos empréstimos externos de três para um ano. Com o aumento de atratividade, houve, nos primeiros meses de 1998, uma substancial captação de empréstimos de um ano. Isso provocou uma brutal concentração de vencimentos de dívida externa sobretudo nos primeiros três meses de 1999, reconheceu on-

tem Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec).

Não foi a toa que os vencimentos de amortização de empréstimos foram os que mais subiram. Na comparação dos primeiros seis meses de 1998 e 1999, pularam de US\$ 4,271 bilhões para US\$ 17,066 bilhões, ou seja, quase quadruplicaram. Mas também houve aumento das amortizações de financiamentos, de US\$ 6,325 bilhões para US\$ 12,099 bilhões.

O balanço de pagamentos do semestre divulgado ontem pelo BC mostra que, enquanto as amortizações subiam, houve uma redução significativa dos ingressos de novos empréstimos e financiamentos de médio e longo prazos. Por isso, houve tanta pressão sobre a taxa de câmbio nos primeiros meses do ano. Os desembolsos novos para o País caíram de US\$ 36,804 bilhões para US\$ 21,426 bilhões, na comparação com os primeiros seis meses de 1998. As linhas de crédito

sofreram brutal retração justo quando o Brasil tinha de enfrentar maior volume de obrigações.

Os ingressos de empréstimo caíram de US\$ 24,907 bilhões para US\$ 13,009 bilhões, com queda acentuada principalmente na captação via colocação de "notes". Os desembolsos de financiamentos novos, por sua vez, reduziram-se de US\$ 11,848 bilhões para US\$ 8,657 bilhões, segundo o Depec. Os financiamentos de médio e longo prazos para importação caíram de US\$ 9,336 bilhões para US\$ 5,834 bilhões.

Lopes explica que a redução nesse último caso foi influenciada pela própria queda nas importações forçada pela desvalorização cambial e pela mudança nas regras de contratação do câmbio. Até meados do semestre, as importações financiadas a prazo de até 360 dias estavam sujeitas a contratação antecipada do câmbio, com alguma flexibilização para as mercadorias originárias do Mercosul. Vigente desde março

de 1997, essa regra tinha forçado um alongamento dos prazos de financiamento para mais de um ano. Mas, quando o BC mudou a regra e a antecipação da contratação do câmbio ficou restrita a financiamentos de até 90 dias, houve uma migração de operações para prazos mais curtos, explicou Lopes.

O fluxo de capitais de curto prazo também foi negativo no semestre em US\$ 3,86 bilhões. A conta de capitais como um todo, porém, foi superavitária no semestre, graças sobretudo aos investimentos e ao dinheiro do acordo com o FMI. Os investimentos estrangeiros diretos somaram liquidamente no período US\$ 13,054 bilhões. Houve também ingresso líquido de investimentos em bolsa, de US\$ 1,618 bilhão, dos quais só R\$ 22 milhões em junho. Os investimentos em papéis representativos de ações de empresas brasileiras no exterior asseguram mais US\$ 613 milhões no semestre.

(M.I.)